

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.428	3.426
Clientes		12	12
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	637	450
Outros tributos compensáveis	5	810	776
Estoques	8	5.985	5.804
Outros créditos	9	97	108
Total do Ativo Circulante		9.969	10.576
Não circulante			
Tributos diferidos	6	812	761
Depósitos vinculados	11	1.844	1.678
		2.656	2.439
Imobilizado	11	979	1.507
		979	1.507
Total do Ativo Não circulante		3.635	3.946
TOTAL DO ATIVO		13.604	14.522
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	1.971	2.082
Outros tributos a recolher	5	469	408
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	1.462	1.494
Arrendamentos e aluguéis	10	564	592
Outras contas a pagar	9	92	118
Total do Passivo Circulante		4.558	4.694
Não circulante			
Tributos diferidos	6	30	60
Provisões	15	302	213
Outras contas a pagar	9	77	518
Total do Passivo Não circulante		409	791
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	7.748	7.748
Reservas de lucros	16.3	3.527	3.527
Prejuízo Acumulado		(2.638)	(2.238)
Total do Patrimônio líquido		8.637	9.037
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.604	14.522

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

TM PECÉM

	Nota	2025	2024
Receitas	17	21.910	20.287
Custo do serviço prestado a terceiros	18	(17.474)	(18.978)
Lucro bruto		4.436	1.309
Despesas e Receitas operacionais	18		
Despesas gerais e administrativas		(5.271)	(4.718)
Outras despesas e receitas operacionais		(81)	(95)
		(5.352)	(4.813)
Resultado das participações societárias		-	-
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		(916)	(3.504)
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		562	565
Despesas financeiras		(128)	(130)
		434	435
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		(482)	(3.069)
Tributos sobre o lucro	20		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2)	770
Imposto de renda e contribuição social diferidos		84	61
		82	831
Prejuízo do exercício		(400)	(2.238)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	21		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações) ON		(0,11891)	(0,66538)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado do exercício	(400)	(2.238)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(400)</u></u>	<u><u>(2.238)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

TM PECÉM

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.604	4.671	-	11.275
Aumento de capital AGE de 30/04/2024	1.144	(1.144)		-
Prejuízo do Exercício			(2.238)	(2.238)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.748	3.527	(2.238)	9.037
			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.748	3.527	(2.238)	9.037
Prejuízo do Exercício			(400)	(400)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.748	3.527	(2.638)	8.637

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

TM PECÉM

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(482)	(3.069)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Impostos diferidos		(751)
Depreciações e amortizações	472	326
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		3
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	110	104
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	87	108
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(166)	(157)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(52)	(99)
	<u>(31)</u>	<u>(3.535)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Outros tributos compensáveis	(926)	(653)
Estoques	(181)	376
Outros ativos operacionais	10	883
	<u>(1.097)</u>	<u>606</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(110)	616
Outros tributos a recolher	706	1.924
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(33)	(88)
Outros passivos operacionais	(24)	359
	<u>539</u>	<u>2.811</u>
Caixa aplicados nas atividades operacionais	<u>(589)</u>	<u>(118)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	113	(264)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	<u>(476)</u>	<u>(382)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	55	(72)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento	<u>55</u>	<u>(72)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(382)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	(577)	(63)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	<u>(577)</u>	<u>(445)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(998)</u>	<u>(899)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.428	3.426
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.426	4.325
	<u>(998)</u>	<u>(899)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Companhia ou PPTM) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 2008, com sede no município de São Gonçalo do Amarante no estado do Ceará e controlada em conjunto pela Porto do Pecém Geração de Energia Ltda. (Porto do Pecém) (Nota 3.1) e ENEVA S.A. (ENEVA). A Companhia tem por objeto social o transporte de minérios dutoviário utilizando correia(s) transportadora(s) no Complexo Industrial Porto do Pecém, incluindo operação e manutenção de um sistema de descarregamento de granéis constituído de descarregadores e correias transportadoras, bem como a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de abril de 2026. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 22.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5); e Provisões (Nota 15).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações trata da falta de conversibilidade de moedas, definindo como determinar a taxa de câmbio e exigindo divulgações adicionais quando uma moeda não for conversível.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Controlada	Este CPC tem por objetivo estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas	IAS 28 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2025

2.7.2 Normativos emitidos não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 e CPC 40 - Divulgação de Instrumentos Financeiros	Baseia-se no modelo de negócios da entidade e nas características dos fluxos de caixa contratuais, podendo ser: custo amortizado; Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJOR).	IFRS 9 e 7	Pronunciamento	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas câmbio e conversão de demonstrações contábeis	O IFRS 18 emitido em abril de 2024 corresponde ao CPC 51. A norma introduz categorias padronizadas na Demonstração do Resultado: Operacional, Investimento, Financiamento, Impostos sobre o lucro e Atividades Descontinuadas. Cria subtotal obrigatório para o "Lucro Operacional" e o "Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos".	IAS 01	Pronunciamento	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgação	O Objetivo da Norma é permitir que subsidiárias elegíveis reduzam as divulgações em demonstrações financeiras (consolidadas, separadas ou individuais) sem comprometer a utilidade para usuários. Simplifica relatórios financeiros, mantendo a conformidade com as normas IFRS.	Diversas IASs	Pronunciamento	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

3.1 Reforma Tributária sobre o consumo

As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 regulamentaram a Emenda Constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. A reforma estabelece a substituição gradual da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e, parcialmente, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por novos tributos sobre o consumo.

O novo modelo contempla a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), ambos de competência da União, bem como do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033. O período de transição terá início em 2026, considerado fase de testes, com a aplicação de alíquotas de referência para CBS e IBS e a adequação dos documentos fiscais eletrônicos ao novo leiaute. A partir de 2027 está prevista a substituição do PIS e da COFINS pela CBS, bem como a redução das alíquotas do IPI para a maior parte dos produtos. Entre 2029 e 2032 ocorrerá a transição com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a implementação gradual do IBS. A partir de 2033, está prevista a plena vigência do novo modelo de tributação do consumo.

Até a presente data, os órgãos normativos contábeis no Brasil ainda não emitiram orientações específicas sobre os impactos contábeis decorrentes da reforma. Dessa forma, a Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais efeitos do novo regime sobre suas demonstrações financeiras, incluindo possíveis impactos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, bem como na recuperabilidade de créditos tributários existentes.

Eventuais impactos decorrentes da reforma serão reconhecidos nas demonstrações financeiras à medida que a regulamentação aplicável seja concluída e que seja possível realizar estimativas confiáveis de seus efeitos. A Companhia continuará monitorando a evolução da regulamentação e avaliará eventuais impactos adicionais à medida que novas orientações sejam emitidas pelas autoridades fiscais e órgãos normativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	594	166
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.834	3.255
Fundos de investimento		5
	1.834	3.260
Total	2.428	3.426

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2025 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados à taxa de 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social a compensar	450	(147)	53	-	281	637
Total Circulante	450	(147)	53	-	281	637
Circulante	450	-	-	-	-	637
Não circulante	-	-	-	-	-	-
Outros tributos compensáveis						
ICMS	-	-	-	-	33	33
PIS e COFINS	345	822	-	-	(832)	335
IRRF sobre aplicações financeiras	32	104	-	-	(93)	43
Outros	399	-	-	-	-	399
Total Circulante	776	926	-	-	(892)	810
Circulante	776	-	-	-	-	810
Não Circulante	-	-	-	-	-	-
Passivos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	(34)	34	-
Total Circulante	-	-	-	(34)	34	-
Circulante	-	-	-	(34)	34	-
Não Circulante	-	-	-	-	-	-
Outros tributos a recolher						
ICMS	99	299	-	(43)	(278)	77
PIS e COFINS	-	2.391	-	-	(2.391)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	163	1.391	-	(3.329)	2.024	249
Encargos com pessoal	146	1.615	-	(1.618)	-	143
Total Circulante	408	5.696	-	(4.990)	(645)	469
Circulante	408	-	-	-	-	469
Não Circulante	-	-	-	-	-	-

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6 Tributos diferidos

Nota	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS			30	30
Imposto de renda e contribuição social	6.1	812	761	30
		812	761	60

6.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos Fiscais	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais	476	476	-	-	-	-
Base Negativa da Contribuição Social	285	285	-	-	-	-
	761	761	-	-	-	-
Diferenças Temporárias						
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	217	377	207	364	(3)	9
Outras	237	152	196	226	61	61
Total diferenças temporárias	454	529	403	590	58	70
Total bruto	1.215	1.290	403	590	58	70
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(403)	(529)	(403)	(529)	-	-
Total	812	761	-	61	-	-

6.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário conforme quadro abaixo:

2026	2027	2028	2029	2030	2030 a 2031	A partir de 2031	Total Não circulante
101	101	101	101	101	202	105	711

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras em conjunto (Nota 13), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relaciona- mento	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
			Circulante		Circulante		Operacionais	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2025	2025	2024
Clientes								
Serviço de Operação Portuária (a)								
Porto do Pecém	Controladora em conjunto	01/11/2011 a Indeterminado					17.034	15.774
Pecém II	Controle comum em conjunto	01/11/2011 a Indeterminado					8.517	7.884
			-	-	-	-	25.551	23.658
Fornecedores (Nota 12)								
Serviços prestados a terceiros (b)								
Pecém OM	Controle comum	01/11/2011 a Indeterminado		112	195			
			-	112	195	-	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 9)								
Prestação de serviços								
Porto do Pecém	Controladora em conjunto	01/11/2011 a Indeterminado		93	90		(1.260)	(1.214)
			-	93	90	-	(1.260)	(1.214)
			-	205	285	-	24.291	22.444

(a) **Serviço de Operação Portuária:** Os contratos são revisados anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e possuem por objetivo a prestação de serviços de transporte de minério de carvão a granel por meio dutoviário, utilizando uma correia transportadora do complexo portuário até a usina, além do serviço de manutenção do sistema de descarregamento e operação do pátio de carvão.

(b) **Serviços prestados a terceiros:** o contrato é revisado anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e tem por objetivo a prestação de serviço de saúde, segurança operacional e monitoramento dos condicionantes ambientais do transportador dutoviário.

(b) **Prestação de serviços - Backoffice :** o contrato tem por objeto prestações de serviços de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral.

8 Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Material de almoxarifado	5.962	5.782
Outros	23	22
	5.985	5.804

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O montante em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 5.985 refere-se, principalmente, aos materiais necessários na operação e manutenção da correia transportadora utilizada no transporte de minérios entre o Complexo Portuário do Ceará e as usinas termoeletricas.

9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos	97	108		
Serviços prestados a terceiros	13			
Total	110	108	-	-
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento	124	126		
Outros	(32)	(9)	77	
Total	92	117	77	-

10 Arrendamentos e aluguéis

	Saldo em	Adições	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Saldo em
	31/12/2024					31/12/2025
Máquinas e equipamentos						
Máquinas e equipamentos	551		(537)	537		551
Veículos	41		(40)	10	2	13
Outros						-
Total Circulante	592	-	(577)	547	2	564
Não circulante						
Máquinas e equipamentos	509			(537)	105	77
Veículos	9			(10)	1	-
Total Não circulante	518	-	-	(547)	106	77
Total	1.110	-	(577)	-	108	641

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Maquinas e Equipamentos		Veiculos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2026	551	13,81	13	13,81
Total	551		13	
Não Circulante				
2027	77	13,81		
Total	77		-	

11 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil dos itens, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do imobilizado

	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos	15,06	298	(236)	62	15,06	298	(224)	74
Móveis e utensílios	6,25	17	(14)	3	6,25	17	(13)	4
Total do Imobilizado em serviço		315	(250)	65		315	(237)	78
Ativos de direito de uso (nota 11.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	35,56	904	(904)	-	35,56	904	(904)	-
Máquinas e equipamentos	33,33	1.281	(676)	605		1.281	(250)	1.031
Veículos	33,33	362	(357)	5	33,33	362	(324)	38
Total Ativos de direito de uso		2.547	(1.937)	610		2.547	(1.478)	1.069
Imobilizado em curso								
Administração		305		305		360		360
Total do imobilizado em curso		305	-	305		360	-	360
Total imobilizado		3.167	(2.187)	980		3.222	(1.715)	1.507

11.1.1 Ativos de direito de uso

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos a locações variadas de estruturas e equipamentos utilizados na operação da Companhia.
- **Máquinas e Equipamentos:** refere-se ao contrato de aluguel de equipamentos utilizados pelos colaboradores para manutenção na área operacional da Companhia.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

11.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2024	Ingressos	Depreciações	Reclassificações	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	74		(12)		62
Móveis e utensílios	4		(1)		3
Total do imobilizado em serviço	78	-	(13)	-	65
Ativos de direito de uso					
Máquinas e equipamentos	1.031		(426)		605
Veículos	38		(33)		5
Total Ativos de direito de uso	1.069	-	(459)	-	610
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	45	15			60
Outros	315			(70)	245
Total do imobilizado em curso	360	15	-	(70)	305
Total do imobilizado	1.507	15	(472)	(70)	980

12 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 1.971 (R\$ 2.081 em 31 de dezembro de 2024), refere-se a materiais e serviços a pagar relativos à operação da Companhia.

13 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia; (ii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iii) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Não houve movimentação do saldo de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Folha de pagamento	14.1	1.271	1.294
INSS e FGTS		191	200
Total		1.462	1.494

14.1 Folha de pagamento

Refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias e provisão de participação nos lucros.

15 Provisões

	Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisões trabalhistas e Honorários êxito	302	213
Total	302	213

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

15.1 Risco de perda possível

Existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	-	214
	-	214

15.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$300 (R\$1.678 em 31 de dezembro de 2024).

16 Patrimônio líquido**16.1 Capital social**

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$7.748 (R\$7.748 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 4.507.684 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
ENEVA S.A.	2.253.842	50,00	2.253.842	50,00
Porto do Pecém	2.253.842	50,00	2.253.842	50,00
Total	4.507.684	100,00	4.507.684	100,00

16.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

16.3 Prejuízos Acumulados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou prejuízo no montante de R\$400 (R\$2.238 em 31 de dezembro de 2024). Os referidos resultados foram reconhecidos na conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

17 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base da demonstração financeira em função da sua competência.

	2025	2024
Receita de prestação de serviços	25.551	23.658
Receita operacional bruta	25.551	23.658
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(2.363)	(2.188)
ISS	(1.278)	(1.183)
Total deduções da receita operacional	(3.641)	(3.371)
Receita	21.910	20.287

18 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo do serviço prestado a terceiros: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais, e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2025			2024			
		Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas e Receitas operacionais		Total	Despesas e Receitas operacionais		
			Gerais e Administrativas	Outras		Custo do serviço prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Outras
Gerenciáveis								
Pessoal e Administradores		9.365	1.286		10.651	10.686	1.326	12.012
Material		2.122	36		2.158	2.082	356	2.438
Serviços de terceiros		5.595	3.882		9.477	5.806	2.879	8.685
Depreciação - Imobilizado em serviço	11.2	9	4		13	10	4	14
Depreciação - Ativos de direito de uso			460		460		311	311
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				81	81			95
Arrendamentos e aluguéis		24	(483)		(459)	376	(279)	97
Outras		359	86		445	18	121	139
Total		17.474	5.271	81	22.826	18.978	4.718	95

19 Resultado financeiro

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	455	334
Depósitos judiciais			144
Juros e multa sobre tributos	5	53	99
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(28)	(30)
Outras receitas financeiras		82	18
		<u>562</u>	<u>565</u>
Despesas financeiras			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		(8)	(13)
Arrendamentos e aluguéis		(110)	(104)
Outras despesas financeiras		(10)	(13)
		<u>(128)</u>	<u>(130)</u>
		<u>434</u>	<u>435</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido.

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(482)	(3.069)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>164</u>	<u>1.044</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Outras		
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		(292)
Outras	(82)	79
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>82</u>	<u>831</u>
Alíquota efetiva	<u>17%</u>	<u>27%</u>

21 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(400)	(2.238)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	3.364	3.364
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>(0,11891)</u>	<u>(0,66538)</u>

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

22.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

22.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	1.834	3.255	1.834	3.255
			<u>1.834</u>	<u>3.255</u>	<u>1.834</u>	<u>3.255</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	594	171		171
Clientes		Nível 2	(1)	12		12
			<u>593</u>	<u>183</u>		<u>183</u>
			<u>2.427</u>	<u>3.438</u>	<u>1.834</u>	<u>3.438</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores	12	Nível 2	1.971	2.018		2.081
Arrendamentos e aluguéis	10	Nível 2	1.205	1.163		1.109
			<u>3.176</u>	<u>3.181</u>	-	<u>3.190</u>
			<u>3.176</u>	<u>3.181</u>	-	<u>3.190</u>

22.1.1. Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

22.1.1. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

22.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o Arrendamento e aluguéis difere do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

22.1.2. Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

22.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

22.2.1. Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo de exposição	Aging cenário provável					
			Cenário (I)		Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.834	225	225	56	112	(56)	(112)
Instrumentos financeiros ativos		1.834	225	225	56	112	(56)	(112)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia.

22.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos Financeiros	31/12/2025				31/12/2024	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Fornecedores		1.971			1.971	2.082
Arrendamentos e aluguéis		48	144	449	641	1.109
		2.019	144	449	-	2.612

22.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Clientes

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo, uma vez que a totalidade das transações da Companhia são realizadas com suas controladoras em conjunto.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****23 Cobertura de Seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações		
Usinas		
Linhas de Transmissão		
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)		
Responsabilidade civil		50.000
Transportes (materiais)		
Transportes (veículos)		
Seguro de vida	9.489	(*)
Lucros cessantes		
Risco de engenharia		

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$1.320 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$2.100.

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil geral, estendida por Porto do Pecém e por Pecém II, com o limite de R\$ 50.000.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Akos Litsek
Presidente

Julio Renato Ribeiro Albien
Conselheiro

Thiago Freitas
Conselheiro

Luiz Ricardo de Oliveira Beatrice
Conselheiro

Renato Ueoka Cintra
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Ricardo Conceição Santos
Diretor-Presidente

James Petini Cambuhy
Diretor de Operação

CONTABILIDADE

Francisca Mônica dos Santos Gomes

Contadora - CRC-CE 10.182/0-0